

Floresta seca

Categories : [Reportagens](#)

Cerca de cinco mil hectares de floresta foram encontrados mortos no noroeste do Mato Grosso. Não havia troncos no chão, nem resquícios de cinzas que indicassem queimadas, tampouco sinais de regeneração de vegetação. As árvores jaziam de pé, completamente secas, sem uma única folha. A cena intrigou uma equipe de fiscalização do Ibama que fazia vistorias e estava na região conhecida como gleba Rio Preto, no [município de Juína](#), para multar proprietários que desmataram irregularmente a área. Eles jamais haviam encontrado uma zona tão extensa com essas características.

De acordo com o Ibama, o relatório sobre a operação de fiscalização naquela região, em março deste ano, até agora não está concluído. Por isso ainda não foi encaminhado ao Ministério Público Federal e nenhuma perícia ao local foi solicitada para descobrir o que provocou a morte das árvores. No entanto, os fiscais que estiveram na área suspeitam que a floresta tenha sido vítima da pulverização de agrotóxicos. “De 2005 para 2006 percebemos de forma muito nítida por satélite que nessa área não houve corte raso nem exploração seletiva”, descreve Eduardo Engelmann, analista ambiental do Ibama que chefiou a operação na região. O produto altamente tóxico Tordon, conhecido como agente laranja, foi citado pelo dono da área no uso para manejo de pastagens. É por esse motivo que este e outros produtos semelhantes são os principais suspeitos de terem causado a morte da vegetação.

No Brasil, diversos grupos ambientalistas e agentes de fiscalização que frequentemente trabalham na mata desconhecem registros muito recentes do uso desse tipo de produto como estratégia de desmatamento, mas todos dizem já terem ouvido falar na prática. Segundo o engenheiro florestal Carlos Alberto Passos, professor na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), a tática era comum na época da abertura da rodovia BR-364, que liga Cuiabá a Rio Branco, passando por Porto Velho, quando houve uma corrida para ocupação de Rondônia. “Faziam a pulverização aérea do veneno, a mata secava, então colocavam fogo e depois semeavam com avião sementes de braquiária”, relata o pesquisador.

No Vale do rio Acre, próximo às cidades de Brasiléia e Xapuri, o ex-correspondente do jornal Estado de S. Paulo, Élson Martins, lembra que teve a chance de fazer uma reportagem sobre uma propriedade de 200 mil hectares, flagrada aplicando Tordon nas matas entre 1977 e 1979. “Testemunhei latas do herbicida usadas para captar água pelos empregados da fazenda e as folhas amareladas, prestes a cair, depois do uso do veneno”, diz o jornalista. “Na época, o

produto era usado em todos os locais em que não havia preocupação com aproveitamento de madeira, inclusive na região do alto Juruá, de mais difícil acesso”, lembra ele.

No Pará, florestas secas com as mesmas características levam a dúvida de que o produto possa ter sido usado numa região da Serra do Cachimbo, no sul do estado, há poucos anos. Em 2003, em São Felix do Xingu, outra equipe de fiscalização do Ibama apreendeu esse tipo de produto em uma fazenda estabelecida numa frente de desmatamento nas proximidades da estrada Trans-Iriri. “Há casos isolados. Não acho que seja uma prática consolidada para desmatamento. Ou vale a pena pelo preço do produto, possivelmente vindo de contrabando, ou por oportunidade”, opina Marcelo Marquesini, engenheiro florestal do Greenpeace que na época era diretor de proteção ambiental do Ibama, em Brasília.

Embora produtos como Tordon, Graslan e outros defensivos devessem ter venda controlada, no interior do país é muito fácil obtê-los. Em Juína, onde há suspeita de uso do Tordon para desmatamento, basta visitar as dezenas de lojas de produtos agropecuários com a pergunta: “Quero matar uma árvore, como eu faço?” para receber como resposta o uso desse tipo de veneno, cuja garrafa custa por volta de 100 reais e pode ser aplicado por pulverização aérea ou através de bombeamento.

Segundo o professor Passos, da UFMT, depois de aproximadamente uma semana da pulverização, as árvores começam a sentir os efeitos e perder suas folhas. E podem permanecer por décadas de pé, já que dependendo de seu tamanho o processo de decomposição é lento. “Essa é uma estratégia das mais rápidas para fazer a conversão para pasto. Geralmente, quando se define alguma área a ser protegida, os proprietários descaracterizam a função ambiental do local para tomar posse, o que confirma a ilegalidade do desmatamento”, diz.

Impasse no Rio Preto

O representante dos proprietários rurais que ocupam a região da gleba Rio Preto, Aderval Bento, garante que nunca ouviu falar do uso de desfolhantes na área, que diz conhecer há mais de 20 anos, quando, junto com muitos outros, transferiu-se do Sul do país para colonizar o noroeste do Mato Grosso. De acordo com ele, seria economicamente muito caro desmatar através de pulverização aérea. Mas por outro lado, a prática atenderia ao resultado desejado de inviabilizar ambientalmente, e de forma muito rápida, uma área cotada pela Funai para ampliação da Terra Indígena Enawenê Nawê, com cerca de 740 mil hectares, vizinha às propriedades.

Arrasada por desmatamentos para extração de madeira e estabelecimento de pastagens, a gleba Rio Preto é considerada o último remanescente com florestas do município de Juína, que tem 66% de sua área protegida por terras indígenas. “Essa região é imprescindível para nós, que temos a função social de produzir, e tiramos madeira de forma sustentável, embora o nosso carro-chefe

seja mesmo a pecuária”, diz Bento. Segundo ele, existem 300 proprietários na área e 18,8% dela foram explorados. “Exploramos com o mínimo impacto possível, mas não tem jeito de não danificar o ambiente. Se você respirar, já está danificando”, explica, em sua lógica.

Recentemente esses fazendeiros procuraram o Ministério Público e solicitaram reintegração de posse da área, visitada por índios da etnia Enawenê Nawê para pesca anual em barragens em cinco pontos. Quatro estão dentro da terra indígena e uma fora dela, na cabeceira do rio Preto, próxima à região onde a equipe de fiscalização do Ibama encontrou a floresta seca. Segundo Engelmann, os índios erguem cabanas e barragens com galhos(foto), de forma tradicional, provocando um desmatamento que é insignificante perto do que os proprietários fazem. “Nos últimos três anos grandes desmatamentos atingiram esses pontos onde os índios montam seus acampamentos. Imagens de satélites revelam que onde há dois anos havia floresta, hoje não existe mais nada”, diz.

Muitas fazendas tituladas foram notificadas pelo Ibama e receberam elevadas multas por terem fatiado suas áreas de reserva legal ao desmembrarem parte da propriedade em outras menores, sem qualquer licenciamento pelo órgão estadual. “Há casos em que um proprietário tinha em registro três mil hectares e vendeu quatro mil”, exemplifica Engelmann. E agora que muitos deles têm sido autuados por crime ambiental, sentem que seus negócios estão mais ameaçados do que nunca.

Nessa hora, vale tudo. Com ou sem desfolhante, os venenos continuarão sendo vendidos sem controle, os caminhões de madeira permanecerão em intenso trânsito durante a noite, e a cada imagem de satélite haverá menos floresta. Aí, se ninguém se mexer, será tarde demais.